



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*
MBA em Gestão pública

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2. Características Técnicas do Curso	2
3. Público Alvo.....	2
4. Critérios de Seleção	2
5. Justificativa do Curso	3
6. Objetivos do Curso.....	3
7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
8. Estágio Não Obrigatório.....	6
9. Matriz Curricular	7
10. Carga Horária	7
11. Conteúdo programático.....	8
12. Infraestrutura Física e Pedagógica.....	39

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: MBA em Gestão pública

Área de Avaliação (CAPES): Administração, Ciências Contábeis e Turismo

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)

Área do Conhecimento (CAPES): Administração (6.02.00.00-6)

Classificação OCDE: 03 - Ciências Sociais, Negócios e Direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, com duração de 10 meses.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

Servidores públicos e agentes políticos graduados em nível superior, bacharéis graduados especialmente em Ciências Sociais, Ciência Política, Administração, Direito, Economia, Ciências Contábeis e demais profissionais graduados com motivação e potencial para a realização de estudos acadêmicos aplicados à Administração Pública.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

As mudanças na Administração Pública abriram espaço para a dinamização dos gastos públicos, tanto na esfera Federal, quanto nos Estadual e Municipal. Nos últimos anos, verifica-se a combinação de conceitos e práticas da esfera privada para a pública, que possibilitam uma gestão mais ágil e transparente e que agregado aos conceitos de eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, excelência operacional e resultados, permitem agregar valor à gestão pública e mais interação com o setor privado.

Neste cenário de transformações políticas, econômicas, tecnológicas e sociais, a sociedade exige cada vez mais que os gestores públicos prestem contas acerca de suas políticas, ações e utilização de recursos.

Ocorre, entretanto, um movimento razoavelmente lento entre as teorias da administração pública estudadas e a efetiva aplicação prática no cotidiano das organizações burocráticas, principalmente no âmbito municipal.

Dessa forma, a presente proposta está focada no pressuposto de que os servidores públicos municipais das prefeituras, sejam elas de quaisquer tamanhos, rotineiramente repetem suas operações administrativas sob a perspectiva de um sistema organizacional pouco ágil e a tal ponto centralizado que acaba por gerar resultados insatisfatórios para o cliente final: o munícipe.

O presente curso, portanto, pretende alinhar o respeito e a utilização dos regulamentos jurídicos que regem a atuação dos homens públicos, porém de uma forma menos centralizada, mais ágil e sob a perspectiva dos ganhos em termos econômicos e dos resultados obtidos. Objetiva, em suma, oferecer uma ampliação de conhecimentos e treinamentos destinados a fazer com que os órgãos das administrações públicas municipais possam atuar com mais qualidade e menor custo.

As disciplinas que compõe o curso demonstram as relações entre questões legais e formais, aliadas à busca por novas estratégias de ação pública, em que o respeito às leis não seja tomado como apanágio para o mau funcionamento do sistema. Dessa forma, há “balanceamento” dos módulos, combinando questões técnicas jurídicas e legais, com temas vinculados à estratégia e à gestão pública moderna, valorizando estudos de caso e a inclusão de práticas do setor privado dentro das administrações municipais.

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- O curso objetiva formar profissionais de nível superior para atuarem na administração pública, de modo a preparar os futuros gestores para planejar, organizar, dirigir e avaliar projetos e programas governamentais, bem como utilizar as modernas tecnologias, contribuindo para a solução de problemas organizacionais.

6.2. Objetivos Específicos

- Municar o aluno com os fundamentos da Administração Pública e do seu planejamento por meio da análise das relações políticas e sociais que se estabelecem na definição do modelo de Estado e dos mecanismos de regulação estatal, bem como dos fundamentos do modelo financeiro adotado no país em análise comparativa internacional. As modernas ferramentas da gestão dos recursos humanos serão avaliadas em perspectiva comparada com os modelos operados na iniciativa privada e em outros órgãos públicos nacionais e internacionais.
- Dotar o aluno de visão acerca das regulações do Estado, por meio das leis de Licitações e Contratos, Tributação, Orçamento, Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como da aplicação do Estatuto da Cidade entre outras normas a fim de propiciar uma atuação eficaz e norteadas pela legalidade; serão analisados também como se dá a definição, gestão e controle dos gastos e investimentos da Administração Pública e também como se estabelece a comunicação com a sociedade, bem como quais são os fundamentos legais que a orientam.
- Capacitar os alunos para atuar na Administração Pública, por meio das modernas ferramentas de gestão e estratégias, tanto na formulação como na captação de recursos, necessárias para uma eficaz administração, possibilitando a identificação e o atendimento das necessidades da comunidade, bem como do uso da tecnologia no aprimoramento da prestação de serviços públicos.

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

No ambiente virtual o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizado em 4 a 8 aulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades:

- ✓ Leitura de textos de fundamentação teórica.
- ✓ Acesso às videoaulas.
- ✓ Aprofundamento dos seus conhecimentos, acessando elementos extratextuais.
- ✓ Realização de questões de autoestudo, para verificação de seu desempenho.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas, por meio de ferramentas de comunicação.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação

Ele, também, deverá se submeter a uma prova presencial (1ª chamada) por disciplina e ao seu desempenho será atribuída uma nota. Essa prova presencial será agendada pelo aluno, respeitando o prazo de até 8 (oito) dias após a data fim da última disciplina de seu curso.

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

A média final do aluno na disciplina será calculada pela nota obtida nas atividades a distância, com peso 4 (quatro), e pela nota obtida na prova realizada presencialmente, com peso 6 (seis).

Para a aprovação na disciplina, o aluno deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento), computada pelo acesso ao ambiente virtual.

Se o aluno perder a 1ª chamada de Prova Presencial, poderá requerer, via sistema ou no polo de apoio, a 2ª chamada da prova, no prazo máximo de até 7 (sete) dias corridos, a contar da data da realização da atividade em questão.

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) terá direito à Avaliação Substitutiva, sendo:

- Disciplinas Específicas: mediante a solicitação de requerimento até 60 (sessenta) dias após a data fim do curso, e substituirá a média do aluno. Ressalta-se que só terá direito à realização da Avaliação Substitutiva o aluno que realizar a Prova de 1ª ou 2ª chamadas. A avaliação substitutiva será realizada no ambiente virtual, sendo que o aluno terá uma única tentativa e um prazo de até 7 (sete) dias, após a compensação do boleto, para realizar a avaliação.
- Disciplina Metodologia da Pesquisa Científica: mediante a solicitação de requerimento, até 8 (oito) dias após a data fim da disciplina, a nota obtida substituirá a média do aluno. A avaliação substitutiva será realizada no ambiente virtual, sendo que o aluno terá uma única tentativa e um prazo de até 7 (sete) dias, após a compensação do boleto, para realizar a avaliação.

O aluno que não realizou a Avaliação de 1ª e 2ª chamadas ou não obteve média igual ou superior a 7,0, após realizar a Avaliação Substitutiva, terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento até o período de duração do curso X 2 (dois) menos 90 dias. O PDR será realizado no ambiente virtual, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas;

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo mínimo 30% (trinta por cento) portadores de título de pós-graduação *strictu sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *strictu sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação

vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que obedeçam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso em conjunto com o professor orientador e também do Departamento de Estágios, devendo conter os seguintes dados:

I. matrícula regular especificando o semestre;

II. disciplinas ou habilidades imprescindíveis ao seu desenvolvimento;

III. atividades a serem desenvolvidas;

- IV. supervisor de campo;
- V. seguradora e apólice de seguro;
- VI. bolsa-auxílio ou contraprestação;
- VII. auxílio-transporte;
- VIII. período de realização;
- IX. período (s) de recesso; e
- X. carga horária diária e semanal.

A orientação de estágio curricular pelo Departamento de Estágios deverá ser realizada por meio de orientação indireta mediante relatórios e, sempre que possível, visitas ao campo de estágio, além da utilização das tecnologias de informação e comunicação para contato das partes envolvidas.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Ambientação	0h
Planejamento estratégico na gestão pública	40h
Gestão de pessoas no setor público	40h
Finanças públicas	40h
Licitações e lei de responsabilidade fiscal	40h
Orçamento e controles internos e externos	40h
Marketing público, atendimento e comunicação com a sociedade	40h
Formulação, gestão e avaliação de políticas públicas	40h
Inovações e sistemas tecnológicos de apoio à gestão pública	40h
Estratégias de captação de recursos para o setor público	40h
Metodologia da pesquisa científica	40h
CARGA HORÁRIA TOTAL	400h

10. Carga Horária

A carga horária total do Curso é de 400 horas/aula, sendo estas distribuídas em 10 (dez) disciplinas de 40 horas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Competências e Habilidades:

- Identificar as características do aluno da modalidade de educação a distância;
- Utilizar ferramentas tecnológicas de apoio a pesquisa;
- Comunicar-se com clareza e assertividade oralmente e por escrito;
- Gerenciar tempo e atividades de estudo.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Planejamento Estratégico na Gestão Pública

Ementa: Planejamento Estratégico: História, definição e organização da sociedade e Estado. Organização de pessoas e Estado. Conceitos de gestão pública e planejamento estratégico contemporâneos. Organizações Sociais e Estatais na formação de políticas públicas.

Objetivo: A disciplina de Planejamento Estratégico na Gestão Pública procura compreender a formação histórica, a definição e a organização da sociedade e do estado. Há para a análise desta realidade algumas teorias que procuram compreender a organização das pessoas e do Estado. Iremos perceber como o processo de formação histórico delineou nossa sociedade e o nosso estado e como ele se estabelece na atualidade. A definição de planejamento estratégico e da gestão pública serão analisados considerando-se os modelos modernos de sua tipologia. Ao longo das aulas iremos perceber a complexidade das definições de poder e das organizações sociais e estatais e de que forma se constituem as políticas públicas que interferem em nosso cotidiano. Assim, será possível compreender as mudanças nos modelos de administração pública e avaliar que hoje há os privilégios de modelos em que o estabelecimento de estratégias de médio e longo prazo são imprescindíveis.

Conteúdo Programático 1: A construção da sociedade e do estado brasileiro.

Esta aula tem como objetivo oferecer um panorama histórico da formação da nossa sociedade e do estado brasileiro. Neste sentido, a abordagem utilizada teve como preocupação o delineamento do estado brasileiro até a introdução do planejamento racional na administração pública brasileira, iniciado a partir de 1930. Didática e ensino: trajetórias de construção.

Texto de apoio: MARX, Karl. A ideologia Alemã. São Paulo: Ed. Global, 1986.

Conteúdo Programático 2: A formação da sociedade e do estado brasileiro Brasil: Um sentido histórico

Texto de apoio: Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Prefácio de Darcy Ribeiro. São Paulo: 32. ed., Brasiliense, 1998

Conteúdo Programático 3: Cultura, política e estado no Brasil

O objetivo desta aula é apresentar, a partir dos conceitos das ciências sociais, as formulações que são utilizadas para a administração pública e que estão vinculadas à própria formação cultural do país. Nesse sentido, a abordagem da cultura organizacional e da cultura política serão utilizadas para uma melhor compreensão do desenvolvimento do estado e da administração pública no Brasil.

Texto de apoio: PINHEIRO, Paulo Sérgio Pinheiro. Transição política e não estado de direito na República. Brasil: um século de transformações. (Org.) Ignacy Sachs, Jorge Willheim e Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

Conteúdo Programático 4: Administração Pública nos últimos 50 anos

Desenvolvimento da administração pública nos últimos 50 anos, bem como as estratégias de implantação do modelo burocrático legal no Brasil.

Texto de apoio: PEREIRA, Luís Carlos Bresser. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Disponível em: <<http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/11/Bresser1.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 5: Planejamento estratégico, estado e globalização.

O objetivo desta aula é avaliar o planejamento estratégico e o papel do estado na sua implementação.

Texto de apoio: SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2008.

Conteúdo Programático 6: Estado de bem-estar social, Planejamento estratégico e a Nova Gestão Pública.

Abordagem de análises que avaliam o neoliberalismo, a globalização e os modelos de gerenciamento público.

Texto de apoio: QUINTELLA, Rogério; CABRAL, Sandro. Um modelo espacial para análise e ensino de escolas de pensamento estratégico. Rev. Adm. Pública, v. 41, n. 6. Rio de Janeiro, Nov./Dec. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600008> Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 7: Planejamento estratégico e os modelos de gestão pública.

A aula tem como objetivo apresentar as definições sobre planejamento estratégico, o papel do estado, bem como os conceitos que definem a ideia do modelo gerencial e de maior participação social na elaboração das políticas públicas

Texto de apoio: BRASIL. Ministério do Planejamento. Planejamento Estratégico. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/planejamento_estrategico/130314_planejamento_estrategico.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 8: Estratégias para um novo tempo. Gestão Pública, Estado e participação da sociedade. Democracia e suas dimensões. Redirecionamento do Estado brasileiro.

Texto de apoio: OSÓRIO, Fábio Medina. Novos Rumos da Gestão Pública Brasileira: dificuldades teóricas ou operacionais? Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado – RERE, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 1, março/abril/maio, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Bibliografia:

OLIVEIRA, Djalma de Pinto Rebouças de. **Planejamento Estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PINHEIRO, Paulo Sérgio Pinheiro. **Transição política e não estado de direito na República. Brasil: um século de transformações**. (Org.) Ignacy Sachs, Jorge Willheim e Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

RIBEIRO, Darcy. **O Processo Civilizatório - etapas da evolução sócio cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1968.

RIBEIRO, Darcy. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Coleção: Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. v. 1, (Org.). SANTOS, Porto, Afrontamento, 2003.

_____. Gilberto. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Prefácio de Darcy Ribeiro. 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1977.

_____. **Gilberto Freyre: uma introdução a Casa Grande e Senzala**. Freyre, Gilberto. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Prefácio de Darcy Ribeiro. São Paulo: 32. ed., Brasiliense, 1998.

_____. **Textos de intervenção; seleção apresentação e notas de Vinicius Dantas. “Euclides da Cunha, sociólogo”**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

_____. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Prefácio de Darcy Ribeiro. São Paulo: 32. ed., Brasiliense, 1998.

_____. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Ed., Duas Cidades, 1977.

Demais referências:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social**. In: SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (Orgs.). Planejamento do Desenvolvimento dos Territórios Rurais – Conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: UFPB/CIRAD/EMBRAPA, 2002, p. 113-128.

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. **Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com utilização de planilhas Excel**. São Paulo: Atlas, 2001.

ANDRADE, Nilton de Moraes. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. São Paulo: Atlas, 2005.

AVRITZER, Leonardo. **Nem tão apática nem tão alijada: a sociedade está mais participativa**. Carta Capital, São Paulo, p. 58-59, 12 mar. 2011.

BELLUZO, Luiz Gonzaga. **Globalização, império e dinheiro**. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis (Orgs.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRASIL, **Constituição (1988)**. art. 166, § 4º: Lex: legislação federal e marginalia. Disponível em: <<http://www.tsf.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Orçamento Federal. Orçamentos da União – Projeto de Lei Orçamentária – Ano 2013**, v. 6. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/ploa2013/Volume_1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Ministério do Planejamento. Democracia e aperfeiçoamento da Gestão Pública**, 2012, p. 7

BRASIL. **Ministério do Planejamento. Planejamento Estratégico**. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/planejamento_estrategico/130314_planejamento_estrategico.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção; seleção apresentação e notas de Vinicius Dantas**. “Euclides da Cunha, sociólogo”. ed. 34. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.

COLOMBO, Cristóvão. **Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento**. Tradução de Miltom Person, 5. ed. Porto Alegre: L&PM, 1991.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas**. RAP: Rio de Janeiro, 42(5): 829-74, set/out. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n5/a03v42n5>> Acesso em: 21 nov. 2016.

COUTO, Berenice. **Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

CROKS, Ed. **Keynes volta à moda com intervenções**. São Paulo, FSP, 19 de Outubro de 2008.

CUNHA, Euclides. **Os sertões: campanha de Canudos**. 39. ed. Rio de Janeiro: Publifolha, 2000.

FÁLCON, Maria Lúcia de Oliveira. **Oitavo Fórum de Economia. Fundação Getúlio Vargas. Notas para o Terceiro Painel - Plano Mais Brasil – PPA, 2012-2015.** Disponível em: <http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/3%20painel_Maria%20Lucia%20_texto.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** v. I e II, 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** v. I e II, 10. ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FERNANDES, José Antonio da Costa Fernandes. **Imigrantes portugueses e migrantes negros: um olhar sobre novos bairros em São Paulo.** 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FREITAS, Maria Ester. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos.** São Paulo: Makron Books do Brasil, 1991, p. 140.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** 3. ed. Rio de Janeiro: Schmidt-Editor, 1938.

GHELMAN, Silvio; COSTA, Stella Regina Reis da. **Adaptando o BSC para o setor público utilizando os conceitos de efetividade, eficácia e eficiência.** Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos06/422_Adapt%20BSC%20efic%20eficacia%20e%20efetivid.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo.** Tradução José Viegas. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 14. ed., 1981.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IPEA. **BRASIL EM DESENVOLVIMENTO: Estado, planejamento e políticas públicas. Série Brasil: o estado de uma nação.** Brasília, IPEA, 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BrasilDesenvEN_Vol04.pdf> Acesso em: 21 nov. 2016.

JACOBI, Pedro. **Políticas Sociais e Amplificação da Cidadania.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

KAPLAN, Robert S. **Mapas Estratégicos – Balanced Scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LESSA, Carlos. **A opção pelos pobres e a crítica de Delfim Netto.** Valor Econômico, 14 de fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/lessa140207.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Ed. Global, 1986.

MESZÁROS, I. **SOCIOLOGIA CRÍTICA.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica.** PolicyPaper, número 28, FES-ILDES, setembro de 2001.

- NETO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 4ª edição, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Excelência na Administração Estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas**. 4. ed.- São Paulo: Atlas, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica a razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.
- OSÓRIO, Fábio Medina. **Novos Rumos da Gestão Pública Brasileira: dificuldades teóricas ou operacionais? Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado – RERE**, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n. 1, março/abril/maio, 2005. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- PAC. **PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**. Disponível em: <www.pac.org.br>. 21 nov. 2016.
- PARSON, Mary Jean. **Planejamento: de volta às origens**. São Paulo: Best Seller, 1988.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **Da Administração Pública Burocrática à Gerencial**. Disponível em: <<http://blogs.al.ce.gov.br/unipace/files/2011/11/Bresser1.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- PEREIRA, Marcus Abílio; CARVALHO, Ernani. **Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social**. Lua Nova, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=67311189002>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- PREZWORSKI, Adam. **A socialdemocracia como fenômeno histórico**. Lua Nova, n. 15, São Paulo, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451988000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- QUINTELLA, Rogério; CABRAL, Sandro. **Um modelo espacial para análise e ensino de escolas de pensamento estratégico**. Rev. Adm. Pública, v. 41, n. 6. Rio de Janeiro, Nov./Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600008> Acesso em: 21 nov. 2016.
- REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de informações públicas municipais: guia para planejar sistemas de informação, informática e governo eletrônico nas prefeituras e cidades**. São Paulo: Atlas, 2005(a).
- REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de informações públicas municipais: guia para planejar sistemas de informação, informática e governo eletrônico nas prefeituras e cidades**. São Paulo: Atlas, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. **“Gilberto Freyre: uma introdução a Casa Grande e Senzala.” Freyre, Gilberto. Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Prefácio de Darcy Ribeiro. São Paulo: 32a.ed., Brasiliense, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa; NUNES, João Arriscado Nunes. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Coleção: Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos.** v. 3, 1 ed. Porto, 2004.

SCWHARZ, Roberto. **Que horas são? Ensaio.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública.** RAP — Revista de Administração Pública. FGV, Rio de Janeiro 43(2): 347-69, mar./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2016.

SILVA, Ivan Prado e; VAZ, José Carlos; FRANÇA, Luiz de França (Orgs.). **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local.** São Paulo: Pólis, 2002.

SILVA, Maria Ozanira; YASBEK, Maria Carmelita; Giovanni, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Porto Alegre: Sociologias, ano 8, n.16, 2006, p. 20-45.

SPINK, Peter. **O lugar do lugar na Análise Organizacional.** Revista de Administração Contemporânea, n. 5, Edição Especial, p. 11-34, 2001.

SPOZATI, Aldaíza. **Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio.** In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública, Lisboa, Portugal, 8-11, oct. 2002.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Travessia: A narrativa da República em grande Sertão: Veredas.** Pensar a República. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1999.

Disciplina: Gestão de Pessoas no Setor Público

Ementa: A figura do servidor público possui diversas peculiaridades. Nessa disciplina estudaremos assuntos como deveres, obrigações, provimento, vantagens e regimes que auxiliarão os gestores na gestão de pessoas.

Conteúdo Programático 1: Provimento.

Conteúdo Programático 2: Vacância, remoção, redistribuição e substituição.

Conteúdo Programático 3: Remuneração, férias, licenças, afastamentos e concessões.

Conteúdo Programático 4: Tempo de serviço, direito de petição e vantagens.

Conteúdo Programático 5: Regime Disciplinar.

Conteúdo Programático 6: Processo administrativo disciplinar.

Conteúdo Programático 7: Seguridade Social.

Conteúdo Programático 8: Contratação temporária e disposições finais.

Bibliografia

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, BR, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012.** Dispõe sobre servidores do Instituto Nacional de Meteorologia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira,(...). Brasília, BR, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12702.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013.** Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. Brasília, BR, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12855.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. **Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015.** Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências. Brasília, BR, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13135.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

RIGOLIN, I. B. **Comentários ao Regime Único dos Servidores Públicos Civis: Lei n. 8.112, de 11-12-1990.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Demais referências:

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de direito administrativo.** 31. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo.** 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

GASPARINI, D. **Direito Administrativo.** 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MAZZA, A. **Manual de direito administrativo.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Disciplina: Finanças Públicas

Ementa: Estudo da intervenção do Estado na economia, com ênfase para o caso brasileiro.

Objetivo: Na disciplina Finanças Públicas vamos estudar a intervenção do Estado na economia, com ênfase para o caso brasileiro. Na primeira aula, vamos estudar as funções do governo. No início, discutiremos a questão do tamanho do governo. Várias teorias tentam explicar as causas do aumento da intervenção do Estado na economia, tais como: os gastos militares, urbanização, fatores demográficos, investimentos em infraestrutura, demandas dos políticos etc. Em seguida, vamos

apresentar as funções clássicas do governo na economia e a teoria das falhas de mercado que justifica a necessidade dessa intervenção. Para finalizar, vamos refletir sobre a qualidade do setor público. Na segunda aula vamos analisar o processo orçamentário e as despesas do governo. Vamos estudar as despesas orçamentárias do governo federal, as despesas realizadas em conjunto pelos governos federal, estaduais e municipais, e, por fim, uma análise comparativa internacional do gasto público. As receitas orçamentárias são o objeto de nosso estudo na terceira aula. Na aula, vamos analisar a tributação em vários aspectos: os princípios teóricos, a incidência tributária, o sistema tributário e a carga tributária do Brasil. Na última aula, vamos estudar o déficit e a dívida pública. Vamos analisar as condições de sustentabilidade da dívida pública ao longo do tempo.

Conteúdo Programático 1: Funções do Governo. Funções do governo na economia, Avaliação da qualidade da atuação do governo. Estudo das funções econômicas do governo em suas dimensões alocativas (oferta de bens e serviços), distributiva (de renda e riqueza) e estabilizadora (da inflação e emprego).

Texto de apoio: REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. São Paulo: Atlas, 2011, 2ª ed

Conteúdo Programático 2: Qualidade do Setor Público. Estudo da teoria das falhas de mercado, que apontam a necessidade da ação governamental para corrigir as distorções do funcionamento do mercado e, assim, melhorar o nível de bem-estar da sociedade. Reflexão sobre a qualidade do setor público, questão que diz respeito às condições que tendem a favorecer o governo a alcançar seus objetivos da maneira mais eficiente.

Texto de apoio: TANZI, Vito. O Papel do Estado e a Qualidade do Setor Público. International Monetary Fund: IMF Working Paper, Fevereiro de 2003. Disponível em: [http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/CCB/program_2009/BT-09-04/P-1_O_Papel_do_Estado_e_a_Qualidade_do_Setor_Publico_\(V._Tanzi\).pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/CCB/program_2009/BT-09-04/P-1_O_Papel_do_Estado_e_a_Qualidade_do_Setor_Publico_(V._Tanzi).pdf). Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 3: Estudo do processo orçamentário e as despesas orçamentárias do governo. Papéis dos Poderes Executivo e Legislativo na elaboração, aprovação, execução e controle do orçamento.

Texto de apoio: Manual Técnico de Orçamento, versão 2013. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/MTO_2013_11OUT2012_terceira_versao.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 4: As despesas da união, estados e municípios. Classificação das despesas do governo por funções e subfunções. Comparação internacional do gasto público.

Texto de apoio: AFONSO, José R. R.; SOARES, J. M.; CASTRO, K. P. Avaliação da estrutura e do desempenho do sistema tributário Brasileiro - Livro Branco da Tributação Brasileira. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Documento para Discussão 265, Janeiro/2013. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=37434330>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 5: Financiamento dos gastos. Estudo sobre o financiamento do gasto público. Receitas orçamentárias do governo.

Texto de apoio: MINISTÉRIO da Fazenda (MINFAZ) / Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Consolidação das Contas Públicas, 2009. Brasília: Portaria nº 365, de 29/06/2010. http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/Portaria_365.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 6: Sistema Tributário Brasileiro. Princípios e características de um sistema tributário.

Texto de apoio: RECEITA Federal do Brasil (RFB). Carga Tributária no Brasil 2011. Brasília, (Estudos Tributários), Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudoTributarios/estatisticas/CTB2011.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 7: Déficit e Dívida Pública. Estudo do déficit público e a dívida pública. Conceitos e medidas utilizados para a mensuração do déficit e dívida. Cenários para a evolução sustentável da dívida pública ao longo do tempo.

Texto de apoio: MINISTÉRIO da Fazenda (MINFAZ) / Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Consolidação das Contas Públicas, 2009. Brasília: Portaria nº 365, de 29/06/2010. http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/Portaria_365.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 8: Situação Fiscal no Brasil. Situação fiscal do Brasil em uma comparação internacional.

Texto de apoio: MENDES, Marcos. O governo brasileiro gasta pouco ou muito quando comparado a outros países? Site: Brasil: Economia e Governo, 5/11/2012. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Bibliografia:

BIDERMAN, C. e ARVATE, P. **Economia do Setor Público no Brasil**. Elsevier Editora, 2004.

GIAMBIAGI, F. & ALÉM, A. C. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008, 3ª ed.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2007, 14ª ed.

_____. **O Nó dos Investimentos Públicos**. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo, Revista Digesto Econômico LXV: 457, Abril de 2010. Disponível em: http://www.dcomercio.com.br/especiais/outros/digesto/digesto_19_especial/04.htm

_____. **Manual Técnico de Orçamento**, versão 2013. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/MTO_2013_11OUT2012_terceira_versao.pdf

_____. **Orçamentos da União Exercício Financeiro 2013: Projeto de Lei Orçamentária**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **Séries Temporais: Dívida Líquida e Bruta do Governo Geral**. (Site visitado em 31.03.2014). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?DIVIDADLSP> (até 2007); <http://www.bcb.gov>.

br/?DIVIDADLSP08 (a partir de 2008)._____. Série Perguntas Mais Frequentes: Indicadores Fiscais. Brasília: Jan/2012. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ%204-Indicadores%20Fiscais.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **Séries Temporais: Dívida Mobiliária Federal.** (Sítio visitado em 31.03.2014). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?DIVMOB>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **Séries Temporais: Necessidades de Financiamento do Setor Público.** (Sítio visitado em 31.03.2014). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SERIEFINPUB>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **Séries Temporais: Taxa de Juros Implícita.** (Sítio visitado em 31.03.2014). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?TAXADLSP>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **World Economic Outlook Database (WEO)**, October 2012. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/02/weodata/index.aspx>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Demais referências:

AFONSO, José R. R. **Dilemas fiscais e financiamento de políticas públicas descentralizadas.** Brasília: FIOCRUZ, (Oficina de Trabalho), 11 e 12/07/2011. (Apresentação). Disponível em: <http://www.joserobertoafonso.com.br/attachments/article/2069/Conass%20DesafiosPB.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

AFONSO, José R. R.; SOARES, J. M.; CASTRO, K. P. **Avaliação da estrutura e do desempenho do sistema tributário Brasileiro - Livro Branco da Tributação Brasileira.** Banco Interamericano de Desenvolvimento, Documento para Discussão 265, Janeiro/2013. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=37434330>. Acesso em: 21 nov. 2016.

ARVATE, Paulo & BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Banco Central do Brasil (BCB). **Dívida Líquida e Necessidades de Financiamento do Setor Público.** Brasília, Manual de Finanças Públicas, jun./2008, 6ª edição. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?MANFINPUB>. Acesso em: 21 nov. 2016.

COSTA, M. **Avaliação da Sustentabilidade Fiscal.** ESAF/Instituto do FMI, Curso de Gestão Macroeconômica e Política Fiscal. Brasília, 23 de Março a 3 de abril de 2009 (Apresentação). Disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/CCB/program_2009/BT-09-04/GMPF-PORT-09-04/PPT/P-9_Sustentabilidade_Fiscal_Mfpbtc2009PPrint.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

COSTA, Mercedes da. **O Papel do Governo.** Brasília: ESAF - Instituto do FMI, Curso de Gestão Macroeconômica e Política Fiscal, 23 de Março a 3 de abril de 2009. (Apresentação). Disponível em: http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/CCB/program_2009/BT-09-04/GMPF-PORT-09-04/PPT/P-1_O_Papel_Do_Governo_Mfpbtc2009P.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISAS Econômicas Aplicadas (IPEA). **Ocupação do Setor Público Brasileiro: tendências recentes e questões em aberto.** Brasília: IPEA, Comunicados do IPEA nº 110, 08/09/2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110908_comunicadoipea110.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

International Monetary Fund (IMF). **World Economic Outlook Database (WEO)**, April 2012. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/index.aspx>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MENDES, Marcos. **O governo brasileiro gasta pouco ou muito quando comparado a outros países?** **Site: Brasil: Economia e Governo**, 5/11/2012. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MINISTÉRIO da Fazenda (MINFAZ) / Secretaria do Tesouro Nacional (STN). **Consolidação das Contas Públicas**, 2009. Brasília: Portaria nº 365, de 29/06/2010. http://www3.tesouro.gov.br/hp/downloads/lei_responsabilidade/Portaria_365.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) / Secretaria de Orçamento Federal (SOF). **Manual Técnico de Orçamento (MTO) – Versão 2013**. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/MTO_2013_11OUT2012_terceira-versao.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) / Secretaria de Orçamento Federal (SOF). **Ementário da Classificação das Receitas Orçamentárias da União**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/arquivos-receitas-publicas/Ementario_2010a.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **Avaliação da Gestão de Recursos Humanos no Governo – Relatório da OCDE**. Brasília, 20 de Maio de 2010. (Apresentação). Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/srh/100520_srh_ocde.pps. Acesso em: 21 nov. 2016.

ORGANIZATION for **Economic Co-operation and Development (OECD)**. General government expenditures. In: *Government at a Glance 2011*. OECD Publishing, 01 Aug 2011. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1787/gov_glance-2011-10-en. Acesso em: 21 nov. 2016.

RECEITA Federal do Brasil (RFB). **Carga Tributária no Brasil 2011**. Brasília, (Estudos Tributários), Novembro de 2012. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/estudoTributarios/estatisticas/CTB2011.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 2011, 2ª ed.

TANZI, Vito & SCHUKNECHT, Ludger. **Public spending in 20th century: a global perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Disponível em: <http://assets.cambridge.org/052166/2915/sample/0521662915wsn01.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

TANZI, Vito. **O Papel do Estado e a Qualidade do Setor Público**. **International Monetary Fund: IMF Working Paper**, Fevereiro de 2003. Disponível em: [http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/CCB/program_2009/BT-09-04/P-1_O_Papel_do_Estado_e_a_Qualidade_do_Setor_Publico_\(V._Tanzi\).pdf](http://www.esaf.fazenda.gov.br/esafsite/CCB/program_2009/BT-09-04/P-1_O_Papel_do_Estado_e_a_Qualidade_do_Setor_Publico_(V._Tanzi).pdf). Acesso em: 21 nov. 2016.

Ementa: Estudo das formas de contratação mais comuns e usuais da Administração Pública. Conceitos sobre os entes públicos e sua classificação. Discussão sobre as normas próprias da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive salientando a forma em que se organiza e se desenvolve o orçamento público. Verificação das vertentes do contrato administrativo, as cláusulas unilaterais, a maneira exclusiva de obrigar a fiscalização da contratação, as formas de rescisão e aplicação de multa. Análise das hipóteses de contratação direta, tais como a inexigibilidade e dispensa. Apresentação dos recursos cabíveis na licitação e inexecução contratual, e os tipos penais na lei Federal nº 8.666/1993.

Objetivo: A presente disciplina se propõe a reflexão acerca dos temas recorrentes de licitação pública. Vamos estudar as formas de contratação mais comuns e usuais da Administração Pública. Iniciaremos com breve apanhado sobre Administração Pública, inclusive reforçando o conceito sobre quais são os entes públicos e sua classificação. Na sequência iremos discutir as normas próprias da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive salientando a forma em que se organiza e se desenvolve o orçamento público; verificaremos as vertentes do contrato administrativo, as cláusulas unilaterais, a maneira exclusiva de obrigar a fiscalização da contratação, as formas de rescisão e aplicação de multa. A intenção desta disciplina é atualizar o conhecimento específico acerca das formas de contratação da administração pública, mencionar as regras referentes ao Regime Diferenciado de Contratação tanto quanto a transparência, que permite a visualização de todo gasto de dinheiro público. Ainda no tocante às formas de contratação, analisaremos as hipóteses de contratação direta, tais como a inexigibilidade e dispensa. Por fim, a quarta aula apresentará os recursos cabíveis na licitação e inexecução contratual, e os tipos penais na lei Federal nº 8.666/1993.

Conteúdo Programático 1: Administração Pública. Breve apanhado sobre Administração Pública, inclusive reforçando o conceito sobre quais são os entes públicos e sua classificação. Orçamento Público.

Texto de apoio: GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2012.

Conteúdo Programático 2: Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de acesso à Informação

Texto de apoio: BRASIL. Lei 12.527/2011. Lei de Acesso à Informação: promulgada em 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 3: Nesta aula será aprofundada a licitação no direito brasileiro, inclusive suas modalidades e as formas de contratação direta, além das formas de dispensa e inexigibilidade. Igualmente, veremos a questão de como se processa a licitação e os critérios de julgamento, seja o de menor preço e melhor técnica ou apenas menor preço.

Texto de apoio: MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2000.

Conteúdo Programático 4: Formas de Contratação. As novas e mais usuais formas de contratação: Pregão Presencial, Pregão Eletrônico e o mais recente, que é o Regime Diferenciado de Contratação.

Texto de apoio: RHS LICITAÇÕES. RDC: empresas e governo divergem sobre resultados do regime de contratações. Disponível em: <<http://novo.licitacao.uol.com.br/regime-diferenciado-de-contratacoes-rdc/1010-noticia-rdc-empresas-e-governo-divergem-sobre-resultados-do-regime-de-contratacoes.html?showall=&start=1>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 5: Contratos Administrativos. A partir do conhecimento acerca da licitação, chegamos ao objetivo desta aula, que é a formalização de um Contrato Administrativo. Para tanto, vamos começar com os conceitos e elementos dessa espécie de contrato e finalizaremos com a principal característica do contrato administrativo, que são as cláusulas chamadas exorbitantes, aquelas em que a Administração, unilateralmente, pode alterar o contrato. Texto de apoio (referenciando textos indicados na bibliografia).

Texto de apoio: GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2012.

Conteúdo Programático 6: Publicidade e Fiscalização. As características próprias de um contrato que pretende buscar o interesse público, quais sejam, a publicidade e a necessidade de fiscalização.

Texto de apoio: JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

Conteúdo Programático 7: Recursos Administrativos nas Licitações e Crimes na Licitação. Nesta aula iremos abordar as formas de recursos cabíveis nos vários tipos de licitação, tanto no que se refere aos conceitos gerais quanto às particularidades das formas mais recentes de licitar. Nosso objetivo será entender como se processa o controle dos atos administrativos nos procedimentos licitatórios e as possibilidades de alteração, ou indenização, para o caso de prejuízo aos interessados.

Texto de apoio: BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Conteúdo Programático 8: Crimes no processo de licitação. Veremos as regras referentes aos crimes no processo de licitação, encerrando assim o estudo sistemático das principais e mais usadas regras e conceitos da Lei de Licitações.

Texto de apoio: BRASIL. Lei de Licitações. 8.666/1993: promulgada em 21 de junho de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

Bibliografia:

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 11ª ed. São Paulo: Dialética, 2005.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2000.

Demais referências

AGUIAR, Afonso Gomes. *Lei de responsabilidade Fiscal*. Fórum, 2004.

BACCIOTTI, Rui Carlos Duarte. *Contratos – conceitos e espécies*. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/artigos/2000/ruibacioti/contratos1.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Lei 12.527/2011. **Lei de Acesso à Informação: promulgada em 18 de novembro de 2011.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. **Lei de Licitações. 8.666/1993: promulgada em 21 de junho de 1993.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquemático.** 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros, 1998.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 1999.

OAB São Paulo. **Decisão Judicial sobre Parecer de Advogado.** Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/advocacia-publica/decisoes-judiciais/1.-decisao-judicial-sobre-parecer-de-advogado>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

RHS LICITAÇÕES. **RDC: empresas e governo divergem sobre resultados do regime de contratações.** Disponível em: <<http://novo.licitacao.uol.com.br/regime-diferenciado-de-contratacoes-rdc/1010-noticia-rdc-empresas-e-governo-divergem-sobre-resultados-do-regime-de-contratacoes.html?showall=&start=1>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo.** São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** São Paulo: Malheiros, 1998.

SPNELLI, Mário Vinícius Claussen; LUCIANO, Vagner de Souza. **Licitações e Contratos. Controladoria Geral da União – CGU.** Brasília, DF: s/d. Disponível em: <http://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/images/licitacoes/apostila_agu/apostila_de_licitacoes_e_contratos_administrativos%20cgu.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

TCE.MT. **Consulta sobre peças orçamentárias é respondida pelo TCE.** Disponível em: <<http://www.tce.mt.gov.br/conteudo/show/sid/73/cid/5559/t/Consulta+sobre+pe%27as+or%27ament%27arias+%27respondida+pelo+TCE>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

TCU. Licitações. **Tribunal de Contas da União, TCU,** Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/licitacoes_contratos/2%20Licita%C3%A7%C3%B5es-Conceitos%20e%20Princ%C3%ADpios.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso Avançado de Processo Civil.** São Paulo: RT, 2000, vol. 1.

Disciplina: Orçamento e Controles Internos e Externos

Ementa: Organização orçamentária no Brasil. Orçamento como ferramenta de planejamento gerencial. Programação e execução financeira. Controles Interno e Externo. Controle Social.

Objetivo: Esta disciplina, Orçamento e Controles Internos e Externos, tem como objetivo apresentar aos alunos como a Administração Pública se organiza orçamentariamente para atender às expectativas da sociedade. Ao longo da leitura, os alunos poderão verificar que todo o processo se inicia pelo planejamento. Desta forma, os textos introduzem a questão do orçamento como ferramenta de planejamento gerencial. Serão elencadas Leis Orçamentárias vigentes no Brasil – O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual – e apresentados de que forma elas são instituídas, seus conteúdos e aplicações. Após o entendimento sobre as Leis Orçamentárias brasileiras, apresentaremos como a administração pública trata da programação da execução financeira que, em seu propósito final, acaba por materializar os programas com seus projetos e atividades, exprimindo, de certa forma, as necessidades da sociedade. Por fim, trataremos do controle interno e externo como ferramentas de análise da legalidade, eficiência e eficácia do sistema orçamentário-financeiro no Brasil, apresentando a base conceitual e normativa na Administração Pública. Ao final, pautaremos a discussão na importância da participação da sociedade no acompanhamento das receitas e despesas públicas com o objetivo de analisar criticamente se suas necessidades estão sendo atendidas de acordo com o planejado.

Conteúdo Programático 1: Orçamento e Planejamento. Introdução da a questão do orçamento na Administração Pública, a importância do planejamento.

Texto de apoio: GIACOMONI, James. Orçamento Público. 16ª edição. Atlas, 2012

Conteúdo Programático 2: Princípios Orçamentário. Valores basilares na construção do processo orçamentário na Administração Pública.

Texto de apoio: GIACOMONI, James. Orçamento Público. 16ª edição. Atlas, 2012

Conteúdo Programático 3: Modelo Orçamentário no Brasil. O objetivo desta aula é apresentar uma breve nota histórica sobre o orçamento e quais são as ferramentas instituídas para a formulação, validação e aprovação do orçamento no Brasil.

Texto de apoio: BURKHEAD, Jesse. Orçamento Público. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1971.

Conteúdo Programático 4: Leis Orçamentárias e Direito Financeiro. Estrutura e Organização da Leis Orçamentárias e sua relação com o Direito Financeiro.

Texto de apoio: HARADA, KYOSHI. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo. Editora Atlas, 2008

Conteúdo Programático 5: Programação e Execução Financeira. Esta aula pretende demonstrar os instrumentos da programação e execução financeira anual que tem como objetivo a garantia de obtenção dos recursos necessários para a consecução dos programas previamente aprovados. Bem como tratar do assunto de créditos adicionais, caso não haja recursos suficientes para os programas.

Texto de apoio: BALEIRO, Aliomar. Uma introdução à ciência das Finanças. 16. ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

Conteúdo Programático 6: Movimentações Orçamentárias. Créditos Adicionais. Mecanismos de alteração orçamentária na Administração Pública. Créditos adicionais.

Texto de apoio: HARADA, KYOSHI. Direito Financeiro e Tributário. São Paulo. Editora Atlas, 2008

Conteúdo Programático 7: O Controle da Execução Orçamentária. Formas de controle da execução orçamentária no Brasil, as figuras dos controles internos e externos, suas estruturas.

Texto de apoio: BLIACHERIENE, Ana Carla e RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Fiscalização financeira e orçamentária: controle interno, controle externo e controle social do orçamento. In. Conti, José Mauricio e Scaff, Fernando Facury. Coordenadores. Orçamentos Públicos e Direito Financeiro. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

Conteúdo Programático 8: Controle Social e Transparência. Controle Social das Contas Públicas. Transparência nas contas públicas.

Texto de apoio: UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE. Controle Social das Contas Públicas. Disponível em: www.controlesocial.fdr.com.br. Acesso em: 21 nov. 2016.

Bibliografia:

BALEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das Finanças**. 16. ed. rev. e atualizada por Dejalma de Campos. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20ª edição. Atlas, 2007.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16ª edição. Atlas, 2012.

Demais referências

AGUIAR, Joaquim Castro. **Sistema Tributário Municipal**. Editora Jose Konfino.1971.

AGUIAR, Ubiratan Diniz; FIGUEIREDO, Alexandre; FIGUEIREDO, Pedro Ângelo Sales. **Controle Social das Contas Públicas. “O papel do Controle Externo: TCU, TCE, TCM”**. Universidade Aberta do Nordeste. Disponível em: http://www.tcm.ce.gov.br/site/_arquivos/servicos/downloads/2010/curso_controle_social/tcm-03.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. Brasília, Coleção Gestão Pública, 2ª edição, 2008.

BENEVIDES, Mauro. **Controle Social das Contas Públicas. Educação fiscal e controle social**. Universidade Aberta do Nordeste. Disponível em: http://www.tcm.ce.gov.br/site/_arquivos/servicos/downloads/2010/curso_controle_social/tcm-09.pdf. Acesso em: 21 nov. 2016.

BLIACHERIENE, Ana Carla e RIBEIRO, Renato Jorge Brown. **Fiscalização financeira e orçamentária: controle interno, controle externo e controle social do orçamento**. In. Conti, José Mauricio e Scaff, Fernando Facury. Coordenadores. Orçamentos Públicos e Direito Financeiro. Editora Revista dos Tribunais, 2011.

BURKHEAD, Jesse. **Orçamento Público**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1971.

FERRER, Florência. “Déficit de Avaliação” na Administração Pública e seus Efeitos Perversos. Disponível em: <www.florenciaferrer.com.br>. Acesso em: 21 nov. 2016.

FUNDAP – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Gestão Orçamentária e Financeira. Programa de Desenvolvimento Gerencial. São Paulo, 2008.

HARADA, KYOSHI. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

MARE - MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO – Programa da qualidade e participação na administração pública, Caderno 4, Brasília, 1997.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE GESTÃO. **Melhoria da gestão pública por meio da definição de um guia referencial [...]. Produto 1:** Mapeamento bibliográfico e do Estado da Arte sobre indicadores de Gestão. Brasília, 2009.

REIS, Heraldo da Costa; MACHADO JR, José Teixeira. **A Lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Rio de Janeiro. Lumen Juris Editora, 2012.

UNIVERSIDADE ABERTA DO NORDESTE. **Controle Social das Contas Públicas**. Disponível em: www.ontrolesocial.fdr.com.br. Acesso em: 21 nov. 2016.

Disciplina: Marketing Público, Atendimento e Comunicação com a Sociedade

Ementa: Temáticas essenciais à consolidação de estratégias e ações de comunicação. Aspectos éticos e legais. Conceito de opinião pública e relações públicas. Ações de Comunicação. Marketing público.

Objetivo: Pense na seguinte questão: qual um dos principais objetivos da administração pública? Os mais individualistas podem imaginar que se trata de um ótimo espaço para a conquista de um emprego estável. Mas definitivamente não é isso que está sendo dito aqui. A administração pública organiza o Estado, a sociedade, e principalmente aproxima as pessoas de seus direitos, muitos deles conquistados sob a lógica de lutas e movimentações sociais intensas. A comunicação é uma ferramenta para aprimorar o sentido da gestão pública. Assim, o objetivo aqui é refletir sobre quatro temáticas essenciais à consolidação de estratégias e ações de comunicação. Primeiramente, com base em aspectos éticos e legais, será discutido o conceito de democracia para justificar a relevância da comunicação. Na segunda aula serão observadas as bases para estratégias sólidas, sobretudo por meio da discussão de conceitos como opinião pública e relações públicas, além de análises legais adicionais. No terceiro encontro será verificada a relevância mais prática das ações de comunicação, terminando no quarto encontro com uma tentativa de relacionar o marketing público com as ações político-eleitorais. Trata-se, nesse caso, de algo prático e absolutamente preocupado com a realidade, finalizado por uma reflexão de ordem ética.

Conteúdo Programático 1: O Desafio da Comunicação na Sociedade Democrática. Compreender o conceito de Democracia e o quanto a comunicação guarda relação com tal questão fundamental, tornando-se uma ferramenta fundamental ao desenvolvimento de uma boa gestão, consolidando direitos e fortalecendo princípios.

Texto de apoio: DANTAS, Humberto e MARTINS JR, José Paulo (orgs.). Introdução à Política Brasileira. São Paulo: Paulus, 2007.

Conteúdo Programático 2: Democracia e Comunicação. Comunicação e sua relevância na Democracia

Texto de apoio: SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada, volume 2. São Paulo: Ática, 1994.

Conteúdo Programático 3: Estratégias de Comunicação no Setor Público e seus Aspectos Legais. O objetivo dessa aula é compreender a existência de parâmetros legais para a disseminação de propaganda e comunicação no setor público. Verificar princípios amplos para a construção de estratégias nesse segmento.

Texto de apoio: WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Editora UnB, 2009.

Conteúdo Programático 4: Opinião Pública e Relações Públicas. O papel da Opinião Pública e das Relações Públicas na comunicação.

Texto de apoio: CERVellini, Silvia; FIGUEIREDO, Rubens. O que é opinião pública? São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos (número 305), 1996.

Conteúdo Programático 5: Ações de Marketing Público, Atendimento e Comunicação com a Sociedade. O desafio da comunicação é um universo complexo. Nesse encontro busca-se definir alguns parâmetros gerais para o estabelecimento de estratégias de comunicação. Interação entre poder público e sociedade. Alguns exemplos práticos são apresentados e avaliam-se alguns princípios e números que dimensionam o Brasil em perspectiva comparada e mostram como as cidades e estados se desenvolvem nesse segmento.

Texto de apoio: ANDARI, Antonio Carlos; DALESSIO, Sérgio Luiz. O papel da agência: compreender para colaborar. In. FIGUEIREDO, Rubens (org). Marketing Político em tempos modernos. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.

Conteúdo Programático 6: Desafios na Relação com a Sociedade. Atendimento ao Cliente ou Cidadão. Reflexões sobre instrumentos como ouvidorias e ações virtuais. O atendimento ao cidadão é visto de forma mais atenta e cuidadosa.

Texto de apoio: VISMONA, Edson Luiz. A experiência dos ouvidores públicos. Cadernos FUNDAP, número 22, páginas 160 a 168, 2001.

Conteúdo Programático 7: Estratégias de Campanha e Marketing Político – Buscando as Conexões com o Setor Público. Como se realizam as campanhas? Qual a importância de uma estratégia de longo prazo, bem estruturada? O objetivo aqui é percorrer parte expressiva dos aspectos associados às campanhas, sendo possível notar, desde o início, a relação direta entre o setor público e as campanhas eleitorais.

Texto de apoio: FIGUEIREDO, Rubens (org.). Marketing Político em tempos moderno. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.

Conteúdo Programático 8: Estratégias de Marketing Político e suas Variáveis. Tecnologias à serviço da Comunicação. Aspectos da cultura política e estratégias de marketing político. O uso da tecnologia no marketing político.

Texto de apoio: VEJA. Os bruxos das eleições – Os homens que criam as imagens dos candidatos e mudam o rumo dos votos. São Paulo, pág. 40 a 47, 16 de setembro de 1998.

Bibliografia:

BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia – uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CERVellini, Silvia; FIGUEIREDO, Rubens. **O que é opinião pública?** São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos (número 305), 1996.

FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Marketing Político em tempos moderno**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.

Demais referências

ABO - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OUVIDORIAS E OMBUDSMAN. **Guia de ouvidorias Brasil 2011**. São Paulo: ABO, 2011.

ANDARI, Antonio Carlos; DALESSIO, Sérgio Luiz. **O papel da agência: compreender para colaborar**. In: FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Marketing Político em tempos modernos**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei 4.167/2012 – autoria do Deputado Federal Ruy Carneiro**. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=550814>> Acesso em: 21 nov. 2016.

CANCIAN, Renato. **A Revolução de 1949 e a República Popular da China**. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/maoismo-3-a-revolucao-de-1949-e-a-republica-popular-da-china.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora UnB, 2001.

DANTAS, Humberto e MARTINS JR, José Paulo (orgs.). **Introdução à Política Brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, Rubens (org.). **Marketing Político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1997.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros, 2009**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/default.shtm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros, 2009**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/default.shtm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

KOTLER, Philip e LEE, Nancy. **Marketing no setor público: um guia para um desempenho mais eficaz**. Porto Alegre: Bookman e Wharnton School Publishing, 2007.

MÍDIA DADOS. **Anuário Mídia Dados 2007**. São Paulo: Mídia Dados São Paulo, 2007.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei 9.504/1997**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

RODRIGUES, Fernando. **Governo Lula põe publicidade em 8.094 veículos de comunicação**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/851643-governo-lula-poe-publicidade-em-8094-veiculos-de-comunicacao.shtml>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**, volume 2. São Paulo: Ática, 1994.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas: uma atividade**. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/teoriaseconceitos/0026.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

VISMONA, Edson Luiz. **A experiência dos ouvidores públicos**. Cadernos FUNDAP, número 22, páginas 160 a 168, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2009.

Disciplina: Formulação, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas

Ementa: Sistemática e os mecanismos das políticas públicas. Ciclo do planejamento à avaliação das políticas públicas. Formulação de políticas públicas. Fases das políticas públicas: construção da agenda, formulação, implementação e avaliação.

Objetivo: Nesta disciplina, você irá conhecer a sistemática e os mecanismos das políticas públicas, como ocorre esse ciclo, do planejamento à avaliação, primeiramente conhecendo os aspectos teóricos sobre o assunto e um pouco da história sobre o tema no Brasil; na sequência, irá ver como são formuladas as políticas públicas, como os Governos podem atender aos anseios da população, quais são as fontes de financiamento, como formular políticas públicas diante da escassez de recursos e do ambiente político, que indiretamente interfere na priorização das necessidades da população. Além disso, estudará as fases das políticas públicas, quais sejam: construção da agenda, formulação, implementação e avaliação. Executar as políticas públicas é fazer acontecer o que foi planejado, sendo que o grande desafio é avaliar o que foi executado e, conseqüentemente, retornar ao início do processo de forma a rever as iniciativas que não obtiveram o resultado esperado.

Conteúdo Programático 1: Teoria da Política Pública. Apresentação dos diversos conceitos e características relacionadas às políticas públicas, compreendendo quais são os atores envolvidos no processo, bem como qual o papel de cada um, com destaque especial ao Estado. Em resumo, será como tecer um cenário sobre o assunto, de forma que você possa ter uma atuação mais segura tanto na posição de sujeito passivo que é afetado pelas políticas públicas, enquanto cidadão, ou quando sujeito ativo, fazendo parte da execução delas, como agente público na sua área de atuação.

Texto de Apoio: BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN- 13: 9788574299600.

Conteúdo Programático 2: Processos de Política Pública. Construção da agenda, formulação, implementação e avaliação.

Texto de Apoio: BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN- 13: 9788574299600.

Conteúdo Programático 3: Formulação de Políticas Públicas. Formulação das políticas públicas. A decisão e quais políticas serão desenvolvidas.

Texto de Apoio: BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN-13: 9788574299600.

Conteúdo Programático 4: Etapas para formulação e elaboração das políticas públicas. Construção da agenda e quais são as principais etapas para formulação e elaboração das políticas públicas.

Texto de Apoio: ALECIAN, Serge, FOUCHER, Dominique. Guia de gerenciamento no setor público. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Enap, 2001.

Conteúdo Programático 5: Gestão de Políticas Públicas. O objetivo desta aula é entender como ocorre o processo de gestão das políticas públicas, quais os procedimentos e modelos adotados e os principais. Identificação dos responsáveis pela execução. Reflexão sobre a importância do papel dos servidores públicos na execução das ações e do almejado sucesso das políticas públicas.

Texto de Apoio: BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN-13: 9788574299600.

Conteúdo Programático 6: Modelos e desafios à implementação. Classificações e estrutura para implementação. Desafios enfrentados para a implementação das ações governamentais.

Texto de Apoio: MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

Conteúdo Programático 7: Avaliação. Mecanismos de avaliação das políticas públicas, mensuração dos resultados alcançados, com a utilização dos indicadores de desempenho como ferramenta estratégica para mensurar a eficácia, eficiência e efetividade.

Texto de Apoio: TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 4.

Conteúdo Programático 8: Formas de controle. Formas de controle, em especial a atuação dos órgãos de controle interno e externo. Conceito de accountability e prestação de contas à sociedade.

Texto de Apoio: LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim. Avaliação e financiamento de políticas públicas. Edições UESB, 1ª edição. 2008. ISBN-13: 9788588505711.

Bibliografia:

CRUZ, Flavio. **Comentários à lei n. 4.320**. São Paulo: Atlas, 1999.

LEITE, Maria Iza Pinto de Amorim. **Avaliação e financiamento de políticas públicas**. Edições UESB, 1ª edição. 2008. ISBN-13: 9788588505711.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas – Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 1ª edição, São Paulo: Cengage. 2010. ISBN-13: 9788522110797

Demais referências

ALECIAN, Serge, FOUCHER, Dominique. **Guia de gerenciamento no setor público**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Enap, 2001.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 3ª edição, Unijuí, 2011. ISBN- 13: 9788574299600.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. **A lei 4.320 comentada e a lei de responsabilidade fiscal**. 31. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

REIS, Heraldo da Costa. **Impactos da LRF sobre a lei 4.320**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. (Lei de Responsabilidade Fiscal: Cadernos IBAM, 2).

THOENIG, Jean-Claude. L'analyse des politiques publiques. In: GRAWITZ, Madeleine; LÉCA, Jean. **Traité de science politique**. V. 4: Les politiques publiques. Paris: PUF, 1985. p. 7.

TROSA, Sylvie. **Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete**. Rio de Janeiro: Revan, 2001. 4

Disciplina: Inovações e Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública

Ementa: A Sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades. Tecnologia aplicada à gestão pública. A transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais. Modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras. As infovias municipais e a transformação do atendimento das demandas sociais mediadas por computador. E tudo isto suportado por mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada. Nesta disciplina você verá: Desorganização Informacional. As ondas de TI. Tecnologias Emergentes. Sistemas de Informações. Governo eletrônico.

Objetivo: A Sociedade da Informação e sua influência na administração das cidades. Tecnologia aplicada à gestão pública. A transversalidade dos sistemas tecnológicos nos serviços públicos municipais. Modelos, soluções e parâmetros de trabalho com o uso de tecnologia para as cidades brasileiras. As infovias municipais e a transformação do atendimento das demandas sociais mediadas por computador. E tudo isto suportado por mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio, indispensável para que qualquer tecnologia possa ser corretamente implantada. Nesta disciplina você verá: Desorganização Informacional.

As ondas de TI. Tecnologias Emergentes. Sistemas de Informações. Governo eletrônico.

Conteúdo Programático 1: Evolução da TI. Demonstração do histórico da evolução de TI, as ondas e ciclos de TI.

Texto de apoio: ALBUQUERQUE, L. C.; ROCHA NETO, I., Ciência, Tecnologia e Regionalização. 1a Edição. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. ISBN: 9788576170631

Conteúdo Programático 2: Desorganização Informacional. Apresentar a doença organizacional denominada Desorganização Informacional

Texto de apoio: ALBUQUERQUE, L. C.; ROCHA NETO, I., Ciência, Tecnologia e Regionalização. 1a Edição. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. ISBN: 9788576170631

Conteúdo Programático 3: Tecnologias Emergentes – ECM. Apresentar as tecnologias emergentes ECM e BPMS e seus envolvimento com o mundo real.

Texto de apoio: CRUZ, T. BPM & BPMS. 2ª edição. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2010. ISBN 9788574524399

Conteúdo Programático 4: Tecnologias Emergentes – BPMS. Apresentar as tecnologias emergentes ECM e BPMS e seus envolvimento com o mundo real.

Texto de apoio: CRUZ, T. BPM & BPMS. 2ª edição. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2010. ISBN 9788574524399

Conteúdo Programático 5: Mapeamento, análise, modelagem de processos de negócio. Apresentar mapeamento, análise, modelagem, implantação e gerenciamento de processos de negócio.

Texto de apoio: CRUZ, T. Sistemas, Organização e Métodos. 3. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 9788522431571

Conteúdo Programático 6: Elementos do Processo de Negócio. Apresentação dos padrões metodológicos.

Texto de apoio: CRUZ, T. Sistemas, Métodos & Processos. 2ª edição – 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN: 9788522441488

Conteúdo Programático 7: Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública I. Apresentar as tecnologias que estão sendo empregadas pelos governos para melhorar a vida do cidadão e-gov.

Texto de apoio: LAURINDO, J. *Tecnologia da Informação: planejamento e Gestão de Estratégias*. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 9788522451166. Texto de apoio

Conteúdo Programático 8: Sistemas Tecnológicos de Apoio à Gestão Pública II. Apresentar as tecnologias que estão sendo empregadas pelos governos para melhorar a vida do cidadão e-gov.

Texto de apoio: CASTELLS, M., *A Sociedade em Rede*. 10a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2007. ISBN: 9788577530366.

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, L. C.; ROCHA NETO, I., **Ciência, Tecnologia e Regionalização**. 1a Edição. Rio de Janeiro: Garamond. 2005. ISBN: 9788576170631.

CRUZ, T., **Sistemas de Informações Gerenciais**. 3ª edição, 20ª reimpressão. São Paulo: Atlas. 2011. ISBN 9788522435227.

CRUZ, T. **WORKFLOW II. A Tecnologia Que Revolucionou Processos**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004. 9788576500192.

Demais referências

CASTELLS, M., **A Sociedade em Rede**. 10a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2007. ISBN: 9788577530366.

CRUZ, T. **Sistemas, Métodos & Processos**. 2ª edição – 7ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN: 9788522441488

CRUZ, T. **Sistemas, Organização e Métodos**. 3. ed. 8ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2002. ISBN: 9788522431571

CRUZ, T. **BPM & BPMS**. 2ª edição. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2010. ISBN 9788574524399.

CRUZ, T. **Gerência do Conhecimento**. Rio de Janeiro: E-Paper, 2007. ISBN 9788576501299.

LAURINDO, J. **Tecnologia da Informação: planejamento e Gestão de Estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 9788522451166.

Disciplina: Estratégias de Captação de Recursos para o Setor Público

Ementa: Procedimentos utilizados pelas administrações públicas municipais para avaliação de problemas nas cidades, seleção de prioridades, desenvolvimento de projetos, alocação de recursos e implantação de serviços e obras por meio do aporte de recursos externos captados junto a agências de fomento e organismos de financiamento do governo federal, dos governos estaduais e de projetos em parceria com entidades da sociedade civil.

Objetivo: Nesta disciplina os participantes ao final dos trabalhos deverão estar informados sobre os procedimentos utilizados pelas administrações públicas municipais para avaliação de problemas nas cidades, seleção de prioridades, desenvolvimento de projetos, alocação de recursos e implantação de serviços e obras por meio do aporte de recursos externos captados junto a agências de fomento e

organismos de financiamento do governo federal, dos governos estaduais e de projetos em parceria com entidades da sociedade civil. A elaboração de projetos para captação de recursos é uma ferramenta de gestão que vem ganhando maior importância recentemente, em especial devido às novas e volumosas linhas de financiamento abertas pelos governos federal e estaduais e seus organismos de financiamento. Para isso aos participantes do curso serão apresentados os procedimentos de priorização de projetos característicos da administração pública brasileira de modo que, seja trabalhando na gestão pública, seja atuando em entidades da sociedade civil, estejam habilitados a conhecer os planos anuais e plurianuais dos governos municipais, identificar nestas oportunidades e necessidades de projetos envolvendo a captação de recursos externos, trabalhar com a comunidade local, dominar técnicas de planejamento de projetos e desenvolver com êxito iniciativas desta natureza. A captação de recursos externos representa um importante e necessário aporte financeiro que se soma às receitas tradicionais dos municípios representadas por tributação, cobrança de taxas e principalmente transferências obrigatórias dos governos federal e estaduais para os municípios. A grande maioria dos 5.565 municípios brasileiros sobrevivem financeiramente a duras penas e graças principalmente a transferências de recursos realizadas pelo governo federal. Estas cidades não dispõem orçamento próprio suficiente, por não dispor de fontes de arrecadação de receitas próprias ou devido à incapacidade política e administrativa de seus dirigentes que não cobram taxas e impostos da forma como a lei lhes faculta e deveriam. Por isso localizar e desenvolver novas fontes de financiamento é uma ação que pode ter grande impacto na disponibilidade de recursos para atender às demandas da população e resolver os mais relevantes problemas de nossas cidades, em especial das menores e mais precárias.

Conteúdo Programático 1: Condicionantes para a Captação de Recursos nos municípios - planejamento governamental. Apresentar informações e conceitos fundamentais para a captação de recursos no setor público, buscando qualificar as informações sobre o tema para os participantes do curso.

Texto de apoio: BROSE, Markus. (org). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Conteúdo Programático 2: Condicionantes para a Captação de Recursos nos municípios - planejamento orçamentário. Apresentar informações e conceitos fundamentais para a captação de recursos no setor público, buscando qualificar as informações sobre o tema para os participantes do curso.

Texto de apoio: De Toni, Jackson. Guia para elaboração dos PPAs municipais. Escola Nacional de Administração Pública, abril 2013.

Conteúdo Programático 3: Procedimentos e Fontes de Financiamento para Projetos. Apresentar conceitos relacionados às formas previstas em lei para a captação de recursos, por meio de convênios e contratos de repasse, os procedimentos mais adequados para esse fim, incluindo os princípios gerais para elaboração de projetos.

Texto de apoio: BROSE, Markus. (org). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Conteúdo Programático 4: Elaboração de Projetos nos municípios. Investimento na captação de recursos para o estudo de situações problema e justificativa de projeto. PROJETO BÁSICO - TERMO DE REFERÊNCIA – CONTRAPARTIDA.

Texto de apoio: Manual de Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Federais. Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Manual%20de%20elaboração%20para%20captação%20de%20Recursos%20Federais.pdf>>. acessado em 05 de Maio de 2014.

Conteúdo Programático 5: Elaboração de Projetos I. Detalhamento dos procedimentos para a elaboração de projetos, principais conceitos e ferramentas de planejamento, até a formulação de indicadores necessários para a aprovação de projetos e posteriormente para o monitoramento de sua implantação e resultados obtidos.

Texto de apoio: BROSE, Markus. (org). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

Conteúdo Programático 6: Elaboração de Projetos II. Detalhamento dos procedimentos para a elaboração de projetos, principais conceitos e ferramentas de planejamento, até a formulação de indicadores necessários para a aprovação de projetos e posteriormente para o monitoramento de sua implantação e resultados obtidos.

Texto de apoio: Manual da Legislação Federal sobre Convênios da União Orientações aos Municípios. Ministério do Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, setembro DE 2009. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/convenios_M_A/manual_convenios_final.pdf>. acessado em 05 de Maio de 2014.

Conteúdo Programático 7: Casos e linhas de financiamento específicas - Fontes específicas mais relevantes. Reflexões sobre como é possível ir além da simples obtenção do recurso. Atualmente, conseguir recursos de programas governamentais federais ou estaduais não é o maior desafio. O que de fato pode pôr tudo a perder é o descontrole e a não prestação de contas. Serão discutidas quais as características que permitem estabelecer um ciclo virtuoso de financiamentos e quais as experiências que se tornaram referência aqui no Brasil e lá fora.

Texto de apoio: RODRIGUES, Marcelo Estraviz. Estratégias de Captação de Recursos para o Setor Público. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Valinhos, SP: Anhanguera Educacional, 2012.

Conteúdo Programático 8: Casos e linhas de financiamento específicas - Fontes específicas mais relevantes - Prestação de Contas. Características e fundamentos para a Prestação de Contas.

Texto de apoio: Manual de Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Federais. Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Manual%20de%20elaboração%20para%20captação%20de%20Recursos%20Federais.pdf>>. Acessado em 05 de Maio de 2014.

Manual da Legislação Federal sobre Convênios da União Orientações aos Municípios. Ministério do Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, setembro DE 2009. Disponível em:<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/convenios_M_A/manual_convenios_final.pdf>. Acessado em 05 de Maio de 2014.

Bibliografia:

BROSE, Markus. (org). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

COSTA, Greiner, DAGNINO, Renato. (orgs.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. Campinas: Editora Átomo & Alínea, 2014. 2ª edição revista e ampliada.

RODRIGUES, Marcelo Estraviz. **Estratégias de Captação de Recursos para o Setor Público**. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Valinhos, SP: Anhanguera Educacional, 2012.

Demais referências

CECILIO, Luiz Carlos. **A imanência do planejamento e da gestão: a experiência da Prefeitura Municipal de Curitiba**. Brasília: ENAP, 1999. (Texto para discussão, 33).

De Toni, Jackson. **Guia para elaboração dos PPAs municipais**. Escola Nacional de Administração Pública, abril 2013.

Manual da Legislação Federal sobre Convênios da União Orientações aos Municípios. Ministério do Planejamento, Secretaria de Relações Institucionais, setembro DE 2009. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dex/formularios/convenios_M_A/manual_convenios_final.pdf>. Acessado em 05 de Maio de 2014.

Manual de Elaboração de Projetos para Captação de Recursos Federais. Ministério da Integração Nacional, 2010. Disponível em: <<http://www.agenda21comperj.com.br/sites/localhost/files/Manual%20de%20elaboração%20para%20captação%20de%20Recursos%20Federais.pdf>>. acessado em 05 de Maio de 2014.

MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente: governantes governados**. Tradução de Luís Felipe R. del Riego. São Paulo: Fundap, 1996.

PEREIRA, Edmo da Cunha. **Governar o Município – Antes e depois da Posse**. 5a edição. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2004.

Roteiro para Elaboração do PPA Municipal - 12 Passos, elaborado por Denis Sant’Anna Barros e Otávio Gondim Pereira da Costa (SPI/Ministério do Planejamento, abril de 2013).

Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica

Ementa: A disciplina aborda os diferentes conhecimentos que circulam entre as pessoas e a origem de sua produção; aprofunda-se no conhecimento científico ao tratar do conceito de verdade, da compreensão histórica da ciência e de sua natureza e métodos. Aborda ainda as características de um

projeto de pesquisa, do seu desenvolvimento e do relatório de apresentação dos resultados, sempre pautadas pela ética do pesquisador.

Competências e Habilidades:

- Distinguir as características dos diferentes tipos de conhecimento.
- Compreender como o conhecimento científico é produzido.
- Elaborar um projeto de pesquisa.
- Desenvolver um projeto de pesquisa.
- Elaborar um relatório de pesquisa na forma de um artigo científico.
- Adotar as normas acadêmicas no desenvolvimento da sua pesquisa.
- Seguir os princípios éticos de um pesquisador rigoroso.

Conteúdo Programático 1: Entendimento do conceito e do universo da ciência em suas diversas acepções. Apresentação dos aspectos importantes da origem do saber científico.

Conteúdo Programático 2: Entendimento do conceito e do universo da ciência em suas diversas acepções. Reflexão sobre a idealização da ciência como esfera da verdade. Apresentação dos aspectos importantes do pensamento científico.

Conteúdo Programático 3: Apresentação dos autores e aspectos das suas obras que contribuíram para o surgimento do pensamento científico. Reflexão da visão geral dos dois pilares fundamentais do pensamento científico moderno. Identificação das perspectivas divergentes da metodologia e da filosofia das ciências naturais e sociais presentes nos debates contemporâneos.

Conteúdo Programático 4: Identificação da taxonomia das pesquisas nas Ciências quanto ao seu enfoque e quanto aos seus objetivos. Apresentação da natureza, o valor e a utilidade desses estudos.

Conteúdo Programático 5: Identificação da taxonomia das pesquisas nas ciências quanto à natureza, os procedimentos de coleta e às fontes de informação. Conhecimento da natureza, o valor e a utilidade desses tipos de pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprimoramento e estruturação formal do processo de pesquisa. Apresentação dos elementos constitutivos de um projeto de pesquisa científica. Obtenção de um *checklist* de planejamento de projeto.

Conteúdo Programático 7: Reconhecimento dos relatórios de resultados de pesquisas acadêmicas. Compreensão dos elementos que integram um relatório de pesquisa. Obtenção de um *checklist* para avaliação da própria pesquisa e para a redação de relatório.

Conteúdo Programático 8: Reflexão sobre a ética e a integridade na prática da pesquisa científica. Identificação das modalidades de fraude ou má conduta em publicações. Conhecimento das diretrizes para a boa conduta em publicações.

Bibliografia:

APPOLINARIO, Fábio. **Metodologia da Ciência:** filosofia e prática de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning. 2012.

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Tradução: Magda França Lopes. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FURTADO, José Augusto P. X. **Trabalhos acadêmicos em Direito e a violação de direitos autorais através de plágio**. Site: Jus Navigandi, 09/2002. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/3493/trabalhos-academicos-em-direito-e-a-violacao-de-direitos-autorais-atraves-de-plagio>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

GLASER, André. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Valinhos: Anhanguera Educacional, 2014. Disponível em: <www.anhanguera.com>. Acesso em: 21 nov. 2016.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

SAMPIERI, Roberto Hernández, COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Tradução: Fátima Conceição Murad, Melissa Kassner, Sheila Clara Dystyler Ladeira. 3 ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 2006.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

Demais referências:

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 2ª. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2000.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et. al. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: São Paulo: Educ, 2001.

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto. (Organizadores) **A Bússola do Escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. Disponível em: <http://www.memoria.cnpq.br/normas/lei_po_085_11.htm>. Acesso em: 21 nov. 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** [organizado por] e; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MALVEZZI, Mariana. **Política Identitária Verde**: uma questão de emancipação. 2011. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. São Paulo, SP 2011.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Tradução: Luciene de Oliveira da Rocha. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.
- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

